



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA SE TORNANDO CADA VEZ MAIS COMUM

RENATA ISIDORO DUTRA

RESUMO

Com o passar dos anos, o ato fisiológico de parir e nascer passou a ser visto como patológico, privilegiando a técnica medicalizada e despersonalizada, em detrimento do estímulo, apoio e carinho à mulher que vivencia essa experiência. Devido ao modelo assistencial vigente, entretanto, a mulher muitas vezes não tem sequer noção do que seria o respeito à sua individualidade – satisfaz-se em encontrar o leito obstétrico para acolhê-la quando vai parir. A assistência à mulher perdeu seu ponto básico que é o de ser voltada para ela própria, sendo essa uma pessoa completa, com princípios, cultura, vontades e medos. O parto é um evento em que as mulheres se encontram em um estado de extrema fragilidade, estando muito propensas a obtenção de algum trauma através de atitudes por parte da equipe que efetua o parto. Desse modo, ações intrusivas que violam os direitos da puerpera podem acarretar em uma drástica diminuição na qualidade de vida, tanto da mulher, quanto da criança. Assim, com a estipulação de um significado para o termo “violência obstétrica”, tornou-se um assunto possível de ser pesquisado e estudado, além de viabilizar o direito das mulheres de denunciar tais assédios. Dessa maneira, com isso, percebeu-se a notável frequência de incidência de casos de violência obstétrica. Ademais, enfatizou-se diversos fatores que influenciam e induzem para a ocorrência desses eventos, como questões relacionadas com preconceitos, sendo exemplos o racismo e o machismo, provenientes da criação de uma inferiorização. Esse trabalho busca evidenciar as razões de estar em crescente aumento os casos de violência obstétrica.

Palavras-chave: Significado; Vulnerabilidade; Descaso.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao modelo assistencial vigente, entretanto, a mulher muitas vezes não tem sequer noção do que seria o respeito à sua individualidade – satisfaz-se em encontrar o leito obstétrico para acolhê-la quando vai parir. A assistência à mulher perdeu seu ponto básico que é o de ser voltada para ela própria, sendo essa uma pessoa completa, com princípios, cultura, vontades e medos. Neste artigo é apresentado o resultado da pesquisa feita a respeito da grande incidência de casos de violência obstétrica. A investigação deu-se pela procura do motivo da violência obstétrica ser um problema tão recorrente que precisa ser combatido, justamente por se entender a necessidade da contribuição dessa análise para todas as mulheres que já passaram por isso e aquelas que infelizmente por algum infortúnio passarão por isso.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma análise de artigos e documentos com as contribuições de pesquisas e publicações de autores como Andrea Seixas Magalhães, Reny Bastos Martins, Amanda Reis Trajano e Tatiane Henriques Leite. Todos eles são graduandos de medicina que acharam a violência obstétrica um tema necessário a ser debatido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi delimitado um significado para o termo “violência obstétrica”, o qual é designado pelas experiências de parto desrespeitosas ou abusivas e, assim, tornou-se possível identificar a situação e denunciar. “Violência obstétrica é um termo cada vez mais utilizado para designar experiências de parto desrespeitosas e/ou abusivas” (MAGALHÃES, et al, p. 6, 2021). No entanto, não foi imediatamente que as pessoas tornaram-se conscientes ao avistarem tais atos sendo praticados.

A expressão violência obstétrica ganhou notoriedade e reconhecimento há apenas alguns anos, tornando os casos desse tipo de violência ainda mais numerosos, pelo fato das mulheres começarem a se opor a esse sofrimento. “A definição de violência proposta pela OMS leva em consideração os possíveis efeitos negativos da violência na saúde e no bem-estar dos indivíduos” (LEITE, et al, p 3, 2020). A partir do momento, que as condutas médicas trazem consequências negativas a saúde, já tornam-se um tipo de violência. Frequentemente muitas mulheres passam por procedimentos feito por obstetras e mesmo que desenvolvam problemas na saúde não sentem-se preparadas para expor tal violência.

Após a definição desse novo termo ser estabelecido as mulheres ganharam o direito de denunciarem tais abusos e deixarem de sofrer em situações que deveriam apenas receber suporte. O Ministério da Saúde publicou nota reconhecendo o direito legítimo das mulheres em usar o termo violência obstétrica para retratar as experiências de desrespeitos, abusos, maus tratos e violência vivenciadas, bem como o uso de práticas não baseadas em evidências científicas em situações de atenção à saúde. (Ministério da Saúde, p 6, 2020). Sendo assim, as pessoas que sofreram ou sofrerão tal violência podem reconhecer qual tipo de situação que se encontram e possuem plena consciência dos direitos que lhe são garantidos.

A definição de violência obstétrica não deve ser observada apenas como um ato físico violento, e sim como qualquer tratamento ou ação que abuse de qualquer maneira dos direitos da parturiente; tendo em vista a circunstância de extrema fragilidade da puérpera, que está muito mais apta a obter traumas

Na legislação desses países a violência obstétrica é assim definida: Apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde, que se expressa em um trato desumanizador, no abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo consigo a perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (TRAJANO; BARRETO, p. 3, 2021).

O fato de violência obstétrica ser um conceito recente, leva ao pensamento de que são poucas as denúncias de tal violência, mas não é isso que acontece. Segundo o estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, feito pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, em 2010, 1 em cada 4 mulheres no Brasil sofreram alguma forma de violência obstétrica. Mas, talvez, os dados possam ser ainda mais desconfortantes. (Nascimento, et al, p 2, 2019). As pesquisas que indicam a incidência desse tipo de abuso são chocantes e seguem aumentando, trazendo grande receio por parte das mulheres em serem atendidas por profissionais que deveriam auxiliar nesse momento importante, mas muitas vezes, não é isso que acontece.

Nas pesquisas feitas em busca da incidência da violência obstétrica no Brasil foram expressivos os números obtidos. De acordo com dados divulgados em 2015 pela revista Época, 75% das mulheres em todo o Brasil não receberam alimentação durante o trabalho de parto; 73% não tiveram acesso a procedimentos não medicamentosos para o alívio da dor, como banho quente; 71% não tiveram direito a acompanhante, o que é previsto por lei desde 2005; e 25% afirmam ter sido desrespeitadas na gestação ou parto. (Lara, et al, p.3, 2019). Essas informações

mostram que esse tipo de abuso contra as mulheres tornou-se muito comum na sociedade, deixando as gestantes em situações desconfortáveis nesse momento tão importante.

No parto é enfatizado um episódio muito complexo que engloba muitos aspectos que podem afetar profundamente a puérpera. “O parto, por sua natureza, não é um evento simples. Por envolver aspectos psicológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, é considerado um fenômeno complexo, com potencial para mobilizar sentimentos contraditórios como ansiedade, insegurança, medo, estresse, alegria, excitação e expectativa” (MAGALHÃES, et al, p. 2, 2021). Deixando um ambiente muito delicado de lidar-se.

No momento do nascimento, visando a situação de grande exposição e vulnerabilidade da parturiente, é encontrado um ambiente muito suscetível para pequenas atitudes se tornarem futuros grandes traumas. “O parto é um evento potencialmente desorganizador, tanto para as parturientes, que se encontram em estado de vulnerabilidade psíquica, como para quem o assiste.” (DONELLI e LOPES, p. 2, 2021). Trazendo receio nesse momento extremamente importante para muitas mulheres.

Um elemento que propicia situações de assédio durante o parto é a pressa em provocar o nascimento das crianças, podendo acarretar em um descaso dos profissionais com as escolhas e consentimentos da parturiente, possibilitando afetar até mesmo no aumento da taxa de cesarianas. “Um dos aspectos que chamam mais atenção nas práticas obstétricas brasileiras é a aceleração do tempo do trabalho de parto, com consequente desrespeito à autonomia das mulheres no processo de parturição” (LEAL, et al, p. 13, 2021).

Assim, pelo ambiente potencialmente caótico e desorganizador que é o parto, a violência obstétrica tem se tornado, cada vez mais, uma situação em que grande parte das puérperas passam, por pequenos descasos e falta de cuidado por parte da equipe que realiza o parto com a paciente e a situação. “Nos relatos analisados, [...]narraram situações de desamparo, falas desrespeitosas por parte da equipe e práticas rotineiras extremamente invasivas e sem comunicação prévia com a parturiente” (MAGALHÃES, et al, p. 10, 2021).

Dessa maneira, esses abusos verbais e situações de depreciação da mulher se tornam ainda mais propícios em situações como o parto, em que a parturiente se encontra em uma condição de vulnerabilidade ainda maior. Nesse viés, assim são as ocorrências da violência obstétrica. “O abuso verbal na instituição foi caracterizado como agressividade por meio de frases que buscam coagir, ridicularizar ou menosprezar as parturientes” (TRAJANO; BARRETO, p. 9, 2021).

Analisando o quadro da violência obstétrica no país, viu-se necessário a criação de mecanismos que ajudem a reduzir o número de ocorrências e tornar o parto uma experiência menos traumática. “No ano de 2002, foi criado o Programa de Humanização do Parto e Nascimento, publicado pelo Ministério da Saúde (MS), que tem como objetivo primordial a diminuição dessas práticas de agressão, negligência, violência, desrespeito, entre outras.” (MARTINS, et al, p.2,2020). É importante analisar o perfil patriarcal da sociedade em que estamos inseridos para compreender a alta prevalência da violência obstétrica. A desumanização da mulher, que é reduzida a função de geradora à que é atribuída, é um dos principais facilitadores da violência contra a mulher em ambientes hospitalares.

No cerne das discussões sobre VO encontra-se a pauta do corpo feminino. São enunciados que misturam elementos de naturalização da função reprodutora com críticas à objetificação do corpo da mulher; que transitam entre a ênfase em conquistas na autonomia feminina e a sua sujeição à natureza biológica. (MARTINS, et al, p. 2, 2020).

O cenário piora quando as gestantes são mulheres negras, novamente, é importante se atentar ao contexto social para compreender essas ocorrências. De acordo com a pesquisa Nacer no Brasil realizada entre março de 2011 e fevereiro de 2013 que incluiu 15.688

entrevistadas no pós-parto, indica pior qualidade da atenção ao parto quando as gestantes são mulheres negras e com baixa escolaridade. (LEITE, et al, p. 4, 2020). Para contornar esse cenário, é preciso pensar nos atores da violência: os profissionais de saúde. É primordial que a formação destes tenha como base o respeito e a empatia, compreendendo que seus pacientes são pessoas em situação de vulnerabilidade e que dependem da sensibilidade e compreensão daqueles que serão responsáveis pela sua melhora e cuidado.

Para quebrar esse paradigma, alguns pesquisadores acreditam que é necessário mudar a forma de ensino e aprendizagem dos profissionais que atuam durante o ciclo gravídico-puerperal, enfatizando a abordagem baseada em evidência científica e no respeito a autonomia e dignidade da mulher. (LEITE, et al, p. 4, 2020)

A partir do momento no qual as mulheres deixam de se sentirem cuidadas pelos médicos e sentem receio quando precisam ser atendidas é perceptível que essa situação não está correta. Um profissional não pode se isentar da responsabilidade de seus atos violentos desnecessários, uma vítima não pode ser banalizada. Não podemos fechar os olhos para os atos violentos que ocorrem, sim, no meio médico, não podemos ignorar que a violência obstétrica existe. (Nascimento, et al, p 2, 2019). Os profissionais devem cuidar suas ações durante os atendimentos, pois há uma grande diferença entre um procedimento necessário e a violência obstétrica, mas muitos médicos não percebem que ultrapassam esse limite pelo fato de possuírem muita autoridade no ambiente hospitalar.

Um fator que interfere na constância de relatos de episódios de violência obstétrica é o do gênero. Assim, levando em consideração a realidade machista em que a sociedade se encontra, há a criação da imagem da mulher como inferior, sendo mais “suscetível” a ter seus direitos violados.

A mulher é vista como inferior ao homem intelectualmente, mais frágil, voltada para o papel social da reprodução. O parto passa a ser visto como uma prova da fragilidade e da dependência das mulheres, devendo ser amparadas nesse momento por médicos a fim de resguardar a mulher e o feto da instabilidade do corpo feminino, já que este estaria repleto de erros que precisariam ser corrigidos (TRAJANO; BARRETO, p. 4, 2021).

Desse modo, para derrotar a violência obstétrica, devem ser levados em consideração, antes de tudo, os direitos da parturiente, tendo em mente seu papel de suma importância na gravidez, já que ocorre no interior de seu próprio corpo. “A superação da violência obstétrica passa, necessariamente, pela retomada do protagonismo das mulheres na gravidez, no parto e no pós-parto, como sujeitos de direitos que são” (TRAJANO; BARRETO, p. 12, 2021). Trazendo maior participação da gestante nas tomadas de decisão nesse grande momento.

4 CONCLUSÃO

Pelo fato das mulheres estarem mais expostas e vulneráveis na hora do parto, muitas vezes, os médicos não consideram as parturientes como protagonistas e capazes de tomar decisões nesse momento importante e por se denominarem os responsáveis na situação, em alguns casos, não conseguem distinguir as condutas médicas necessárias da violência obstétrica e acabam ultrapassando esse limite tênue entre essas ações.

Na formação dos futuros médicos é necessário desenvolver-se a empatia e respeito pelas mulheres, pois em muitos casos elas são consideradas inferiores e frágeis. Os números de violência obstétrica aumentaram exponencialmente nos últimos anos, isso se dá devido ao aumento de denúncias a respeito desse tipo de violência que cresceu agora que há uma legislação que protege a mulher, mas ainda existem questões que não são tratadas, como as consequências que esse abuso traz as parturientes.

Ao passarem por essa situação traumatizante o encanto desse momento que é a gravidez da mulher é perdido, trazendo um ressentimento e criando um receio sempre que é necessário consultar-se com um obstetra, e esse medo criado por esse abuso é um dos grandes motivos que essa violência deve ser combatida.

REFERÊNCIAS

DE MATOS, Mariana Gouvêa; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato de Mães. Rio de Janeiro, 2021.

LEITE, Tatiane Henriques; et al. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, Reny Bastos; VASCONCELOS, Milaine Nunes Gomes; CORREA, Rachel Geber Correa; COSTAS, Munique Therense. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. Publicado em 27 de abril de 2022.

NASCIMENTO, Fernanda Moreira Hudson; LARA, Caio Augusto Souza. PARTO DA VIOLÊNCIA: OS LIMITES ENTRE A CONDUTA MÉDICA NECESSÁRIA E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. In: Revista percurso. Vol 4. Curitiba, 2019.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora de assistência ao parto. São Paulo, 2021.